

## Entrevista | Camilo Moniz, Presidente da Delegação Regional da Ordem dos Economistas

Açoreano Oriental | 19-12-2024

Camilo Moniz: *"Não é muito favorável estarmos dependentes de poucas atividades económicas"*

## Economistas querem "conquistar" influência junto do poder político

Carolina Moreira | [carolinamoreira@acorianooriental.pt](mailto:carolinamoreira@acorianooriental.pt)



No passado dia 4 de dezembro, Camilo Moniz foi eleito presidente da Delegação Regional dos Açores da Ordem dos Economistas para o quadriénio 2025-2028, após encabeçar a única lista que apresentou candidatura, cujo mandatário foi Guálter Furtado. Fazem também parte da lista eleita Rui Luís e Fernando Guerra como membros efetivos e Helga Nunes e Cíntia Machado como membros suplentes. José Monteiro da Silva foi eleito como presidente da Mesa da Assembleia, tendo como vogais Mário Santos e Gilda Pimentel. A Delegação Regional dos Açores da Ordem dos Economistas tem atualmente um total de 224 membros.

### **Enquanto novo presidente da Ordem dos Economistas nos Açores, quais são as suas principais preocupações e objetivos?**

A Ordem dos Economistas já tem a sua delegação nos Açores há algum tempo e temos trabalhado em várias áreas. Em primeiro lugar, em dar a conhecer o papel da Ordem dos Economistas na sociedade e na economia açoriana. Podem pertencer à Ordem dos Economistas pessoas formadas em Economia, mas também em Gestão de Empresas e nas diversas variantes que existem atualmente no sistema de ensino. Portanto, é preciso perceber que, para ser designado de economista, não basta ser licenciado. E preciso estar inscrito na Ordem.

Nós trabalhamos para fortalecer a Ordem dos Economistas nos Açores, reforçando a sua credibilidade e o seu prestígio através das estratégias de visibilidade que desenvolvemos. E nossa preocupação poder ter especialistas a fazer apresentações sobre as mais diversas atividades, sendo a mais visível o Orçamento da Região e o da República, para dar a conhecer o seu impacto na vida pública, mas também temos como hábito nos Açores organizar almoços-palestra, onde convidamos não só empresários para apresentar os seus projetos e as suas inovações, como também académicos para falar sobre um conjunto de temáticas que interessam aos profissionais.

Além disso, temos a promoção da ética profissional. Julgamos que é absolutamente fundamental que o trabalho desenvolvido pelos profissionais seja guiado por normas éticas rigorosas, que permitam maior confiança nas análises e consultadorias que são realizadas.

Estamos também a trabalhar na valorização da profissão de economista, reforçando a qualificação e a formação contínua. Apostamos muito na defesa da diversidade das áreas da economia: macroeconomia, microeconomia, economia

financeira, economia política ou outras, de forma a que sejam igualmente valorizadas e também pretendemos a promoção de uma imagem positiva do economista na sociedade.

Não há dúvida nenhuma que o nosso país tem tido um percurso, principalmente depois de entrar na União Europeia, de progresso, de crescimento e de melhoria de bem-estar e o trabalho técnico dos economistas obviamente tem um impacto bastante importante em relação a essa realidade do país.

Existe também uma preocupação em fortalecer a relação com o Governo Regional e outras instituições e em responder aos novos desafios da economia. Temas como as mudanças tecnológicas e digitais e as questões da inteligência artificial e 'big data' que têm um papel crescente em termos da nossa vida do dia-a-dia, e o seu impacto na economia no seu todo são também motivo de grande preocupação por parte da Ordem dos Economistas.

Temas como a sustentabilidade, a economia verde, as respostas às crises económicas, a forma como o país mudou com o covid ou com a crise das dívidas são temáticas que os economistas estudam de forma aprofundada e que introduzem nas suas análises de maneira a aprender com este histórico e com a forma como resultaram diferentes estratégias na resolução dos problemas.

**Considera que a Ordem dos Economistas deveria ser mais ouvida pelo poder político, nomeadamente sobre o Plano e Orçamento da Região e a sustentabilidade das finanças públicas?**

A Ordem dos Economistas tem um conjunto relativamente alargado de economistas no acompanhamento e, muitas vezes, numa posição de maior relevância em relação a esses temas.

Foi mandatário da nossa lista o Dr. Guálter Furtado, sobejamente conhecido economista e que, até há bem pouco tempo, teve um papel de grande relevância no CESA (Conselho Económico e Social dos Açores), e o Professor Monteiro da Silva, jubilado do Tribunal de Contas, que também têm tido uma intervenção que reflete a preocupação da Ordem em relação a essas temáticas.

Portanto, a nossa intenção é manter essa intervenção pública, manter viva essa

preocupação em poder participar no debate em relação a esses temas, de maneira a que os poderes públicos possam também ter em consideração aquelas que são as nossas preocupações.

**Mas a Ordem dos Economistas não costuma ser chamada a dar pareceres sobre temáticas como o Orçamento da Região e a sustentabilidade das finanças públicas regionais. Considera que deveria poder participar de forma ativa nestes assuntos?**

Julgo que este tipo de intervenção se conquista. E nós julgamos que, com a ação que pretendemos desenvolver nas várias ilhas dos Açores, o caminho deverá ser esse. Ou seja, é fundamental que seja tomado em consideração a preocupação que vamos expressando de forma pública, de maneira a que as boas práticas da economia e do equilíbrio sejam consideradas.

**Como vê o Plano e Orçamento dos Açores para 2025 que foi recentemente foi aprovado na Assembleia Legislativa Regional?**

Têm sido várias as entidades a chamar a atenção para a necessidade não só de crescimento da economia e do PIB, mas também para a preocupação que esse procedimento possa chegar aos cidadãos e que tenha sempre em consideração o equilíbrio das finanças públicas.

Este equilíbrio das finanças públicas é da maior importância porque nós estamos a falar do futuro. Infelizmente, passámos um período relativamente alargado, com intervenção de entidades que financiaram o país, de maneira a que se pudesse sair da situação de grave crise e grave desequilíbrio não só em termos de défice do orçamento, como também do crescimento da dívida pública. Portanto, nós julgamos que devemos aprender com a história e não tenho dúvida nenhuma que essas preocupações deverão estar subjacentes à análise e às decisões tomadas, tanto pelo Governo Regional como por todos os membros que compõem a Assembleia Regional dos Açores.

*Camilo Moniz: "Para nós será sempre muito difícil competir com o preço. Nós temos é de ser capazes de tornar o nosso produto diferente, com características especiais, algo pelo qual o consumidor está disposto a pagar"*

**A economia açoriana é atualmente assente em dois setores: a agropecuária e o turismo que tem um grande peso no PIB regional. Acha que esta situação económica será sustentável médio e longo prazo?**

O desenvolvimento de uma economia não é, muitas vezes, possível de decretar. Ou seja, é muito difícil decretarmos que a área A, B ou C deve ser o motor da economia açoriana.

O turismo e a agricultura têm-se desenvolvido e têm tomado a dimensão que atualmente desfrutam exatamente porque existem vantagens comparativas que nós conseguimos utilizar em nosso benefício e que são valorizadas pelo mercado.

É muito difícil conseguirmos identificar outras áreas que possam substituir estas que têm tomado esta dimensão na economia açoriana.

Como em todos os casos, não é muito favorável estarmos dependentes de poucas atividades económicas, como são os setores da Agricultura e Turismo, mas também é difícil definirmos por decreto a área A, B ou C que deveria ter um maior desenvolvimento. São os empresários que escolhem as suas atividades, que identificam as áreas onde têm vantagens comparativas, que investem nessas áreas e que conseguem colocar os seus produtos no mercado global.

Não nos parece que sejam outros decisores que devam tomar este papel.

**Como vê o recente acordo celebrado entre a União Europeia e o Mercosul? Partilha da opinião de que existem tanto oportunidades como riscos associados para os Açores?**

Naturalmente que os produtos que vão aumentar a sua concorrência já existiam antes do acordo. Os nossos produtos da agropecuária já competiam com os produtos do Mercosul. Obviamente que a concorrência deverá ser aguerrida.

Nós somos muito pequenos nos Açores e temos que saber criar diferenciação. Se olharmos para áreas como a produção de vinho dos Açores, vários produtores da ilha do Pico têm tido muito sucesso pela diferenciação. Porque se conseguiu criar uma imagem dos vinhos da ilha do Pico como sendo de grande qualidade, ter

excepcionais características intrínsecas e diferenciados em relação a outros com quem competem do continente português e que, se calhar, representam 500 ou mil vezes mais produção. No entanto, os da ilha do Pico conseguem vender a um preço muito superior e conseguem mercado que compra esses produtos.

O que nós temos que criar - e o representante da Federação Agrícola dos Açores já referiu inúmeras vezes - é diferenciação, inovação, criação de novos produtos, criação de uma imagem forte. E isso que faz os consumidores recolherem da prateleira os nossos produtos em relação aos da concorrência.

Julgo, por isso, que, com este acordo, iremos ter mais produtos a preços mais baixos, mas sem estas características de diferenciação que, muitas vezes, fazem o consumidor escolher este em relação ao outro produto. Cada vez mais os produtos que se destacam, destacam-se pela imagem, pela força da marca, pela imagem de qualidade e isso é que compensa o diferencial de preço. Para nós será sempre muito difícil competir com o preço. Nós temos é de ser capazes de tornar o nosso produto diferente, com características especiais, algo pelo qual o consumidor está disposto a pagar porque vê uma diferença que vale a pena.

*Artigo originalmente publicado no Açoriano Oriental. Todos os direitos reservados ao autor e à publicação.*